

TREINAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE EM ORGANIZAÇÕES

Sustentabilidade e Educação

Ananélia Meireles Dubois¹
Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto²

Resumo

O objetivo desse trabalho é despertar postura reflexiva sobre a contribuição dos treinamentos para a inserção da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas. Em função do caráter pluridimensional do conceito, o termo requer tratamento associado às subjetividades daqueles que participam da referida medida educativa. Essa necessidade emerge ao se considerar debates sobre o conceito, a exposição das dificuldades para defini-lo, a diversidade de perspectivas sobre ele, a temporalidade dessas perspectivas e a contextualização onde ele é proposto ou tratado. Por meio de procedimentos metodológicos exploratórios, foi feito levantamento de resultados de treinamentos para a sustentabilidade em organizações. Apesar da importância reconhecida deles, os resultados encontrados demonstram que a medida educativa não está contribuindo como o esperado para o cumprimento de seu papel no tocante à efetivação da sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Treinamento. Organização.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade requer, para seu entendimento e vivência, a expansão da reflexão sobre a relação de si próprio com o seu entorno. O entendimento sobre o conceito, relacionado à apropriação de sua pluridimensionalidade, permite compreender o poder de ação individual para a construção de outros modos de vida para mudança cultural, como vem sendo proposto, sobretudo, após a Rio-92.

O conceito apresentado como aquele cuja noção demonstra a interpelação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte (JACOBI, 1999), é base para nova diretriz das organizações públicas e privadas. As ações nesse sentido têm sido conduzidas, principalmente, por treinamentos.

Apesar dos esforços empreendidos, fazendo-se uso da medida educativa apontada, alguns aspectos se posicionam como óbices para a implementação plena do conceito no cotidiano organizacional.

O presente estudo visa apontar algumas das dificuldades encontradas diante do contexto estabelecido, a fim de que se aprofunde a discussão sobre a efetividade de como os

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Química da Vida e Saúde, Departamento de Bioquímica, ICBS, UFRGS. Analista em C&T/CNPq. E-mail: ananelia.dubois@cnpq.br

² Doutor, Professor do Departamento de Metodologia do Ensino, Centro de Educação, UFSM. E-mail: lcaldeira@smail.ufsm.br

processos de treinamentos têm sido direcionados, visando delineamento de proposições para o alcance da sustentabilidade projetada.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sustentabilidade é característica ou condição do que é sustentável, que diz respeito ao que pode ser sustentado, suportável. Sustentar é evitar a queda, manter o equilíbrio de algo, alguém ou o próprio, dar ou receber o necessário à vida, gerar os recursos materiais para a sobrevivência de um país, uma classe social etc (HOUAISS; VILLAR, 2000).

A expressão teve seu primeiro registro na obra *Sylvicultura Oeconomica* de Carl Von Calowitz, no início do século XVIII, quando tratou da exploração da madeira de modo a garantir o equilíbrio entre o crescimento e o corte desse recurso (KANASHIRO, 2009).

O debate sobre sustentabilidade, contemporaneamente, iniciou-se nas ciências biológicas, (BARONI, 1992). Passou a ser tratada de modo continuado, e relacionado às discussões que envolvem meio ambiente e desenvolvimento, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, quando o conceito desenvolvimento sustentável ocupou espaço hegemônico e político (CMMD, 1988). Nesse evento, foi produzida a Agenda 21, conjunto de recomendações para a implementação do conceito em questão (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995).

Desenvolvimento sustentável, criado em 1980 (LÉLÉ, 1991), foi conceito que se apoiou em muitas ideias sobre ecodesenvolvimento (SACHS, 1986), termo apresentado em 1973 por Maurice Strong e aprofundado por Ignacy Sachs. Este termo surgiu como uma proposição conciliadora, com crescimento econômico eficiente acompanhado da melhoria das condições sociais, respeito ao meio ambiente, e o apoio a políticas ecologicamente prudentes (ROMEIRO, 2012; SACHS, 1986; 1993; 2009). No entanto, o conceito desenvolvimento sustentável extraiu o aspecto emancipador do ecodesenvolvimento, enfatizando os elementos econômicos e tecnológicos, e ecologizando a economia (LIMA, 2003), e que foi refutado por atores poderosos no cenário internacional, em função da visão de o conceito ser solidário a longo prazo e que abrangia a humanidade (BARBIERI *et al.*, 2010; BURZSTYN; BURZSTYN, 2012).

Havendo ausência de uma estrutura teórica e analítica clara que dificulta saber se políticas promoverão a nova forma de desenvolvimento, uma das fraquezas apontadas para o conceito desenvolvimento sustentável é a definição de sustentabilidade. Para que o desenvolvimento seja sustentável há que se dar precisão conceitual, e conceder flexibilidade e diversidade de perspectivas e estratégias de desenvolvimento. Ficou evidenciado que qualquer

discussão sobre desenvolvimento sustentável deve apresentar questões como o que é ser sustentado, para quem e por quanto tempo (LÉLÉ, 1991).

A dificuldade de definição da sustentabilidade fica demonstrada onde ela é proposta ou tratada (LÉLÉ; 1991; DOVERS; HANDMER, 1992; RATTNER, 1999; BRUGGER, 2004; GUIMARÃES; TOMAZELLO, 2004; MUELLER, 2005; SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Esses debates, no entanto, contribuem para a problematização da complexidade das relações que fundamentam a sustentabilidade e para a promoção de delineamentos de medidas adequadas, caso a caso, para o seu alcance.

Ignacy Sachs apresentou oito dimensões da sustentabilidade, necessárias a todo planejamento de desenvolvimento: dimensões sociais, econômica, ambiental, ecológica, cultural, política nacional, política internacional e territorial (SACHS, 1993; 2009).

Decorrente das proposições estabelecidas na Agenda 21, a sustentabilidade foi sendo apropriada conceitualmente, a fim de ser inserida no cotidiano de organizações privadas e públicas, sob a perspectiva de três das oito dimensões apresentadas por Ignacy Sachs – as dimensões econômica, social e ambiental (ELKINGTON, 1994; BRASIL, 2009; 2010; 2012; BARBIERI *et al.*, 2010).

Uma das medidas educativas para a implementação da sustentabilidade no âmbito organizacional são os treinamentos. Mourão e Marins (2009, p. 75), ao tratarem sobre TD&E – Treinamento, Desenvolvimento e Educação, indicam como uma das definições de treinamento ‘(...) aquisição sistemática de atitudes, conceitos, conhecimentos, regras ou habilidades que resultem na melhoria do desempenho do trabalho’. As autoras ainda relatam que, por haver aumento da demanda cognitiva nos postos de trabalho, há uma linha tênue entre treinamento e desenvolvimento, apresentando como definição de ambos como ‘aquisição sistemática de conhecimentos capazes de provocar, a curto ou longo prazo, uma mudança de ser e de pensar do indivíduo, através da internalização de novos conceitos, valores ou normas e da aprendizagem de novas habilidades’. Referente à educação, apresenta como uma de suas definições ‘todos os processos pelos quais as pessoas adquirem compreensão do mundo, bem como capacidade para lidar com seus problemas’.

O treinamento consta de várias áreas programáticas da Agenda 21, sendo indicado que os programas desenvolvidos com essa finalidade devem proporcionar maior amplitude da consciência de temas relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento como um processo de aprendizagem bidirecional. No que tange à formação dos trabalhadores, recomenda-se que o treinamento deve proporcionar a essa categoria conhecimentos necessários para promover modos de vida sustentáveis e melhorar o ambiente de trabalho.

Recomenda-se que os países devem determinar necessidades de treinamento dos trabalhadores; que devem incentivar a inclusão de componente de manejo do meio ambiente em todas as atividades de treinamento pertinente, e que trabalhadores e seus representantes devem participar da formulação e implementação de programas de treinamento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995, p. 384-385).

García-Mira *et al.* (1998) dão ênfase ao papel importante dos treinamentos ambientais nas empresas. Pato e Tamayo (2006) afirmam que a abordagem de questões relacionadas aos impactos das atividades humanas sobre o ambiente natural e social pode ser realizada por meio de treinamento e informação específica e aprofundada, e contribui para a participação mais ativa. No entanto, a transferência, que é parte do processo da aprendizagem no ambiente organizacional, é facilitada se houver similaridade entre a situação de TD&E (Treinamento, Desenvolvimento e Educação) e de trabalho, havendo oportunidades para praticar nesta situação o que se aprendeu naquela outra situação (ABBAD; BORGES-ANDRADE, 2014, p. 245).

O processo de implementação do conceito sustentabilidade nas organizações, sob a tridimensionalidade indicada, se deu a partir de meados dos anos 90, sobretudo nas organizações privadas (PEREIRA *et al.*, 2011), quando as questões relacionadas ao meio ambiente passaram a significar perspectiva estratégica da empresa (BARBIERI, 1998; OLIVEIRA *et al.*, 2012). Um dos instrumentos de inserção da sustentabilidade no ambiente organizacional são os sistemas certificáveis de gestão ambiental, como o Sistema de Gestão Ambiental - SGA, que tem como base a norma ISO 14001. O SGA prima pela uniformização de rotinas e procedimentos necessários para uma organização certificar-se ambientalmente, com o cumprimento de roteiro padrão de exigências válido internacionalmente (OLIVEIRA; PINHEIRO, 2010).

No caso do desenvolvimento de ações de sustentabilidade na Administração Pública Federal Brasileira, a Agenda na Administração Pública - A3P tem sido parâmetro para a adoção de novos padrões de produção e consumo sustentáveis. Criada em 1999, seu objetivo é o da mudança cultural na administração pública, por meio de adesão voluntária (BRASIL, 2009). Referente ao direcionamento de ações para o cotidiano da administração pública federal, foram produzidas instruções normativas como aquelas referentes às compras públicas sustentáveis e aos Planos de Logística Sustentável (BRASIL, 2010; 2012).

As bases para o delineamento de treinamentos visando a educação para a sustentabilidade nas organizações existem. Contudo, conforme Mourão e Marins (2009), além de haver “poucas pesquisas sobre o nível de aprendizagem na literatura nacional de TD&E”,

há poucas evidências de aplicação, pelas organizações, dos resultados de pesquisas científicas para a elaboração de programas de treinamento.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho foram adotados procedimentos exploratórios, tendo como base pesquisa em banco de dados de artigos científicos.

RESULTADOS

Mesmo havendo diferenças finalísticas entre organizações privadas e públicas, há elementos comuns que emergem quando se avalia os processos de inserção da sustentabilidade: falta de familiaridade com a expressão e com sua pluridimensionalidade, falta de treinamento sobre o tema, e dificuldade de relacionar as dimensões, indicadas, no contexto das decisões (POL, 2003; BRASIL, 2009; BARBIERI et al, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011; BRITO, 2014; BRASIL, 2014; SILVERIO, 2016; RIBEIRO, 2016; DUBOIS; SILVÉRIO; TOLENTINO-NETO, 2017).

Castro, Polo e Porto (2008), ao disporem acerca dos discursos organizacionais sobre sustentabilidade, tratam sobre a dissociação do aprender e do fazer. Conforme as autoras, os discursos não são capazes de capacitar trabalhadores e influenciar a interpretação sobre o conceito, visto que, na maioria das vezes, não visam educar nem capacitar os funcionários, mas sim melhorar a imagem da empresa, em termos de suas responsabilidades e atitudes. Afirmam, ainda, que mudanças nos processos produtivos, com o objetivo de inserir a sustentabilidade, são impostas aos trabalhadores sem que haja compartilhamento pela alta administração sobre novos procedimentos, impedindo que os funcionários compreendam o contexto e os benefícios das medidas adotadas.

Brito (2014) expõe o contexto da formação de trabalhadores, dispondo que, além do direcionamento para o ensino prático, há a necessidade de se conhecer a opinião dos trabalhadores envolvidos no processo.

Ribeiro (2016) expõe a necessidade do endosso dos trabalhadores e de seu protagonismo ao tratar sobre o sucesso de políticas para a sustentabilidade em organização.

O processo de treinamento dissociado da diversidade de saberes dos trabalhadores das organizações é evidenciado pelos resultados apresentados por Brito (2014): do total de respondentes envolvidos em pesquisa realizada, 84% do grupo pesquisado, conheciam guias e/ou manuais de compras públicas sustentáveis, e dos 100% de participantes, ao serem

questionados sobre a utilização desses materiais para a inserção de critérios de sustentabilidade, 56% nunca usaram esses apoios.

CONCLUSÃO

Conforme resultados apresentados, treinamentos não compostos com a co-participação daqueles que são envolvidos pela medida educativa, e a ruptura entre aprender e fazer, não promovem a consolidação da sustentabilidade baseada em sua pluridimensionalidade. Como têm sido conduzidos, os treinamentos não facilitam a aproximação de públicos-alvo por haver dissociação entre a maneira como o tema é exposto e imposto, e a não consideração das experiências pessoais e profissionais dos indivíduos alcançados pela medida educativa.

Uma organização para ser sustentável, sob a perspectiva multidimensional requerida, precisa considerar a heterogeneidade dos trabalhadores, e a reconhecer. Essa deve ser a premissa de processos de treinamento, sob a perspectiva do TD&E. A pluridimensionalidade da sustentabilidade está baseada na diversidade.

A flexibilidade, necessária à adaptação, também é outro elemento que fortalece os processos de treinamentos para conduzi-los em direção ao alcance da sustentabilidade. A sua desconsideração fragiliza todo o processo, não havendo alteração do quadro apresentado.

A inserção da sustentabilidade por meio de instrumentos de educação corporativa está sendo direcionada apenas para o cumprimento de uma formalidade condizente ao âmbito laboral, e imposto por normativos. O conceito deve ter a sua conexão demonstrada com múltiplas situações, com outros espaços institucionais e com o modo como nos apropriamos dos ambientes ao longo de nossas vidas.

A forma limitada de tratarmos a sustentabilidade e a desconsideração das subjetividades a seu respeito reduzem as perspectivas de possibilidades de ação, de impactos significativos e consistentes esperados para a consolidação do novo paradigma de desenvolvimento preconizado a partir da Rio-92.

As reflexões apresentadas podem significar mais um aporte para a elaboração de treinamentos que visam a implementação da sustentabilidade, de maneira que não se restrinjam ao cumprimento de rotinas e tarefas para a racionalização do uso de recursos materiais ou execução de práticas determinadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAD, G. S.; MOURÃO, L. Avaliação de necessidades de TD&E: proposição de um novo modelo. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 6, Edição Especial, p. 107- 137, nov./dez. 2012. Disponível em:

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/3339/3897>. Acesso em: 12/02/2018.

BARBIERI, J. C. Competitividade internacional e normalização ambiental. **Revista de Adminsitração Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 57-71, jan./fev. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7686/6263>>. Acesso em: 28/04/2016.

BARBIERI, J. C. *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **RAE**, São Paulo, v.50, n. 2, p. 146-154, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v50n2/02.pdf>>. Acesso em: 28/04/2016.

BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14-24, abr./jun. 1992. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n2/a03v32n2.pdf>. Acesso em: 22/01/2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5. ed. rev. e atual. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 25/03/2015.

BRASIL. Instrução Normativa n. 01, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=40&data=20/01/2010>>. Acesso em: 12/03/2015.

BRASIL. Instrução Normativa n. 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=113&data=14/11/2012>>. Acesso em: 12/03/2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ministério do Meio Ambiente. **Sustentabilidade na Logística Pública: análise dos Planos de Logística Sustentável da Administração Federal**. Brasília, 2014. Não publicado.

BRITO, C. M de. **Compras Públicas Sustentáveis no Brasil: a percepção dos gestores e as perspectivas do programa**. 146 p. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21351/1/2014_CleisonMartinsdeBrito.pdf>. Acesso em: 12/01/2018.

BRUGGER, P. **Educação ou adiestramento ambiental**. 3. ed. rev. ampl. Chapecó: Ed. Argos; Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 2004.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**: de acordo com a Resolução n. 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21 - Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Brasília, 1995. Disponível em:
<<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 08/04/2016.

CAMPOS, C. B. de.; POL, E. As crenças ambientais de trabalhadores provenientes de empresa certificada por SGA podem prever comportamentos pró-ambientais fora da empresa? **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 199-206, maio./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n2/09.pdf> >. Acesso em: 25/10/2016.

CASTRO, P. M. R. de; POLO, E. F.; PORTO, G. S. Treinamento, Desenvolvimento e Mudança: uma articulação possível e necessária. In: XXXII EnANPAD, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-B671.pdf>>. Acesso em: 03/10/2016.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, out./dez. 2008. Disponível em:
<http://200.232.30.99/busca/artigo.asp?num_artigo=1354>. Acesso em: 20/09/2014.

CMMD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DOVERS, S. R.; HANDMER, J. W. Uncertainty, sustainability and change. **Centre for Resource and Environmental Studies**, Camberra, v. 2, n. 4, p. 262-276, 1992.

DUBOIS, A. M.; SILVERIO, A. P.; TOLENTINO-NETO, L. C. B. de. Educar para a sustentabilidade: administração pública federal brasileira em foco. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. FURG: Rio Grande, v. 34, n. 3, p. 55-71, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7113/4883>>. Acesso em: 23/05/2018.

ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. In: HENRIQUES, A.; RICHARDSONS, J. (Eds). **The triple bottom line, does it all add up?: assessing the sustainability of business and CSR**. Londres: Earthscan, 2004. p. 1-16.

GARCÍA-MIRA, R. *et al.* Evaluación de las actitudes pro ambientales en trabajadores de grandes organizaciones. **Revista de Psicología Social**, London, v.13, n. 3, p. 435-444, jan. 1998. Disponível em:
<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1174/021347498760349689?journalCode=rrps2>>. Acesso em: 24/10/2016.

GUIMARÃES, S. S. M.; TOMAZELLO, M. G. C. Avaliação das ideias e atitudes relacionadas com sustentabilidade: metodologia e instrumentos. **Ciências & Educação**, Bauru, v. 10, n. 2, p. 173-183, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v10n2/03.pdf>>. Acesso em: 28/04/2016.

HOUAISS, A.; VILLAR M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JACOBI, P. Poder Local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 31-48, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901999000100004>. Acesso em: 13/02/2015.

KANASHIRO, V. Por uma sociologia do conhecimento científico da questão ambiental: A produção acadêmica brasileira sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade - Resultados Preliminares. **Plural Revista de Ciências Sociais USP**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 175-188, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75215>>. Acesso em: 14/06/2015.

LÉLÉ, S. M. **Sustainable development**: A critical review. Great Britain: World Development. v. 19, n. 1, p.607-621,1991.

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000300007>. Acesso em: 17/09/2016.

MOURÃO, L.; MARINS, J. Avaliação de treinamento e desenvolvimento nas organizações: resultados relativos ao nível de aprendizagem. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 72-85, jul./dez. 2009.

MUELLER, C. C. O debate dos economistas sobre a sustentabilidade: uma avaliação sob a ótica da análise do processo produtivo de Georgescu-Roegen. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 687-713, out./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-1612005000400004>. Acesso em: 16/09/2016.

OLIVEIRA, O. J. DE; PINHEIRO, C. R. M. S. Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas. **Gestão de Produção**: São Carlos, v. 17, n. 1, p. 51-61, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n1/v17n1a05.pdf>>. Acesso em: 20/05/2018.

OLIVEIRA, L. R. *et al.* Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Produção Online**, v. 22, n. 1, p. 70-82, jan./fev. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/v22n1/aop_0007_0245.pdf. Acesso em: 20/05/2018.

PATO, C.; TAMAYO, A. Valores, creencias ambientales y comportamiento ecológico de Activismo. **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, Santa Cruz de Tenerife, v. 7, n.

1, p. 51-66, 2006. Disponível em: <https://mach.webs.ull.es/PDFS/Vol7_1/Vol7_1_d.pdf>. Acesso em: 24/10/2016.

PEREIRA, G. M. de C. *et al.* Sustentabilidade socioambiental: um estudo bibliométrico da evolução do conceito na área de gestão de operações. **Produção**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 610-619, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v21n4/AOP_T6_0009_0403.pdf>. Acesso em: 20/09/2016.

POL, E. A gestão ambiental, novo desafio para a psicologia do desenvolvimento sustentável. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 235-243, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2003000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25/10/2016.

RATTNER, H. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 233-240, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a20.pdf>>. Acesso em: 14/04/2016.

RIBEIRO, Patrícia E. C. D. **Sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e comportamento ecológico no contexto organizacional**. 92 p. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2016.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100006>. Acesso em: 14/04/2016.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense. 1993. p. 29-56.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. STROH, P. Y. (Org.). Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2014000100002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20/04/2016.

SILVÉRIO, A. P. **Sustentabilidade nas compras e contratações públicas: estudo de caso em uma instituição pública federal**. 51 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2016.